



PESCA ESPORTIVA NO TOCANTINS: PANORAMA, PERFIL DOS PRATICANTES E DESAFIOS

SPORT FISHING IN TOCANTINS: OVERVIEW, ANGLER PROFILE, AND CHALLENGES

Andrey Chama da Costa¹, Diego Neves de Sousa², Thiago Fontolan Tardivo³

¹ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins)

² Embrapa Pesca e Aquicultura. Bolsista de Produtividade Desenvolvimento Tecnológico e Extensão

Inovadora do CNPq

³ Agronorte Nutrição Animal

*e-mail: diego.sousa@embrapa.br

Citação: COSTA, A. C.; SOUSA, D. N.; TARDIVO, T. F. (2026). Pesca esportiva no Tocantins: panorama, perfil dos praticantes e desafios. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, 17(1), 281-291.

<https://doi.org/10.18817/repesca.v17i1.4131>

Recebido: 21 May 2025

Revisado: 28 December 2025

Aceito: 10 June 2026

Publicado: 11 June 2026



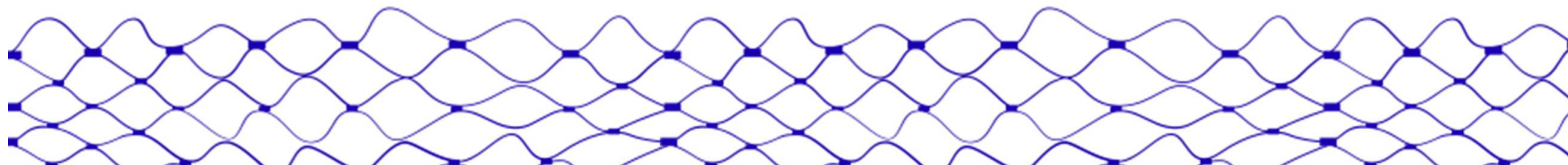
Copyright: © 2026 by the authors.

This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license

(<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Resumo

A pesca esportiva tem se destacado como atividade estratégica para o desenvolvimento territorial no Tocantins, ao integrar lazer, turismo e conservação ambiental com geração de renda. Este artigo analisa o panorama da pesca esportiva no Tocantins, a partir de estudo exploratório-descritivo com revisão de literatura, análise documental e aplicação de questionários, entre abril de 2017 a março de 2018, a diferentes atores como pescadores esportivos, guias, operadores de pousadas e empresas do setor. Os resultados apontam um perfil majoritariamente masculino (94,4%), embora com uma representatividade crescente do público feminino (5,6%), em uma atividade historicamente dominada por homens. A maioria dos respondentes (73%) reside no estado do Tocantins, com participação significativa de pescadores oriundos de São Paulo, Distrito Federal, Maranhão e Paraná (entre 9% e 3%), além de 7% vindos de outros estados brasileiros. Em relação à faixa etária, os praticantes se concentram principalmente entre 32 e 40 anos (43%), seguidos por 25 a 31 anos (23%) e 41 a 50 anos (18%), revelando um público relativamente jovem e ativo. No que se refere à renda, observou-se uma distribuição equilibrada: 26% declararam renda superior a 9 salários mínimos, enquanto 24% têm renda entre 1 e 3 salários. As demais faixas de renda variaram entre 13% e 21%, o que indica a diversidade econômica entre os adeptos da pesca esportiva. Trata-se de um perfil formado majoritariamente por homens de 35 a 55 anos, com nível superior e renda acima de cinco salários mínimos. Houve crescimento gradual da pesca esportiva, com destaque para municípios no entorno do rio Tocantins e seus lagos, que concentram infraestrutura e acesso aos principais pesqueiros. O tucunaré (*Cichla* spp.) é a espécie-alvo



predominante. A atividade envolve uma cadeia produtiva diversificada, mas enfrenta entraves como ausência de regulamentação estadual, falhas na promoção turística e conflitos com a pesca artesanal. Conclui-se que políticas públicas integradas são fundamentais para consolidar o Tocantins como destino competitivo de pesca esportiva, com base na sustentabilidade ambiental, qualificação da oferta turística e governança participativa.

Palavras-chaves: Pesca esportiva, Desenvolvimento territorial, Turismo de natureza, Políticas públicas.

Abstract

Sport fishing has stood out as a strategic activity for territorial development in Tocantins, integrating leisure, tourism, and environmental conservation with income generation. This article analyzes the landscape of recreational fishing in the state of Tocantins, Brazil, based on an exploratory-descriptive study that combined a literature review, document analysis, and questionnaire surveys conducted between April 2017 and March 2018. Data were collected from different stakeholders involved in the sector, including recreational anglers, fishing guides, lodge operators, and related businesses. The results indicate a predominantly male profile (94.4%), although with a growing representation of females (5.6%) in an activity historically dominated by men. The majority of respondents (73%) reside in the state of Tocantins, with significant participation of fishers coming from São Paulo, Distrito Federal, Maranhão, and Paraná (between 9% and 3%), in addition to 7% from other Brazilian states. Regarding age group, practitioners are mainly concentrated between 32 and 40 years old (43%), followed by 25 to 31 years old (23%) and 41 to 50 years old (18%), revealing a relatively young and active audience. In terms of income, a balanced distribution was observed: 26% declared an income higher than 9 minimum wages, while 24% earn between 1 and 3 minimum wages. The remaining income brackets varied between 13% and 21%, indicating economic diversity among sport fishing enthusiasts. The overall profile is majoritarily composed of men aged 35 to 55, with a higher education degree and an income above five minimum wages. There has been a gradual growth in sport fishing, particularly in municipalities surrounding the Tocantins River and its lakes, which concentrate infrastructure and access to the main fishing spots. The peacock bass (*Cichla* spp.) is the predominant target species. The activity involves a diversified productive chain but faces obstacles such as the lack of state regulation, flaws in tourism promotion, and conflicts with artisanal fishing. It is concluded that integrated public policies are fundamental to consolidating Tocantins as a competitive sport fishing destination, grounded in environmental sustainability, qualification of the tourism offer, and participatory governance.



Introdução

A pesca esportiva, também conhecida como *catch and release* (captura e soltura), é uma modalidade da pesca amadora que se diferencia por priorizar o lazer, o esporte e a conservação dos recursos pesqueiros. De acordo com Tufts et al. (2000), embora o conceito do pesque-e-solte remonte a 1870, sua consolidação como medida efetiva de conservação teve início apenas, entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, com registros como o do Great Smoky Mountains National Park, nos Estados Unidos, em 1954 (Barnhart, 1989). Desde então, diversos países têm adotado essa prática como alternativa sustentável à exploração predatória dos recursos pesqueiros.

No Brasil, a pesca esportiva está inserida na categoria da pesca amadora e é regulamentada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (PNDSAP), que a define como a atividade pesqueira praticada por brasileiros ou estrangeiros com fins recreativos, cujo produto (o peixe) não é destinado à comercialização (Art. 8º, II, b). Seu principal objetivo não é o consumo, mas sim a experiência do ato de pescar, que envolve o desafio da captura e a interação com a natureza conservada. Na prática, o pescador registra o momento por meio de fotografias ou vídeos, devolvendo o peixe vivo ao seu habitat natural, contribuindo para a manutenção e crescimento das populações nativas (Brasil, 2020).

A ampla diversidade ictiofaunística e a extensão da rede hidrográfica fazem do Brasil um dos principais destinos mundiais da pesca esportiva. Rios como o Araguaia, São Francisco, Paraná e os cursos d'água da Amazônia e do Pantanal atraem milhares de praticantes nacionais e estrangeiros. O país abriga espécies icônicas, como o tucunaré (com recorde de 13,5 kg) e o marlim-azul (636 kg), que figuram entre os maiores registros da pesca esportiva internacional, consolidando o Brasil como referência global na modalidade (MPA, 2024).

Essa atividade se destaca não apenas por seu potencial ecológico, mas também pelos impactos positivos que gera na economia local e regional. Entre seus principais benefícios estão o estímulo ao turismo de natureza, a geração de empregos diretos e indiretos em pousadas, restaurantes e serviços náuticos, a valorização da biodiversidade local e a promoção de eventos esportivos e culturais. Além disso, a pesca esportiva pode fomentar o senso de responsabilidade ambiental entre os praticantes, ao disseminar práticas sustentáveis e o respeito às normas ambientais (Brasil, 2020; MPA, 2024).

No Tocantins, não é diferente. O estado com rica oferta de ambientes aquáticos propícios à atividade, a pesca esportiva tem se desenvolvido gradualmente, ainda que enfrente desafios relacionados à regulamentação, infraestrutura turística, capacitação de profissionais e integração entre os atores da cadeia produtiva (Costa et al., 2023).



Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar o panorama da pesca esportiva no Tocantins, caracterizando o perfil socioeconômico dos praticantes, identificando os principais entraves ao desenvolvimento da atividade e discutindo seu potencial como vetor de desenvolvimento territorial sustentável. A partir de uma abordagem quantitativa, pretende-se oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de valorização da pesca esportiva como alternativa de geração de renda e conservação ambiental no estado.

Material e Métodos

Para a realização deste estudo, foi aplicada uma pesquisa exploratória com 234 pescadores esportivos, 19 guias de pesca, 7 pousadas especializadas em pesca esportiva e 9 empresas que comercializam equipamentos voltados à atividade, totalizando 269 questionários respondidos nesta pesquisa. A amostragem contemplou diferentes elos da cadeia produtiva da pesca esportiva no estado do Tocantins, com o objetivo de levantar dados sobre o perfil socioeconômico dos atores envolvidos, as características da atividade, a movimentação financeira gerada e os principais entraves enfrentados pelo setor.

Os pescadores foram abordados em plataformas como redes sociais e fóruns especializados, utilizando-se grupos virtuais específicos sobre pesca amadora e esportiva no Tocantins. Já os demais segmentos como guias de pesca, pousadas e empresas do setor receberam o questionário de forma personalizada, por meio de envio direto para seus endereços eletrônicos institucionais ou pessoais, buscando garantir maior taxa de resposta e confiabilidade das informações.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online auto aplicável e totalmente anônimo, desenvolvido na plataforma Google Formulários. O formulário permaneceu disponível por um período ampliado, de 28 de julho de 2017 a 21 de abril de 2018, permitindo um maior alcance entre os respondentes. A opção pelo método digital se justificou pela praticidade, acessibilidade e maior capilaridade, possibilitando que os participantes respondessem o questionário em seus próprios dispositivos (celular, computador ou *tablet*), no horário e local de sua preferência, o que contribuiu para ampliar a adesão e a representatividade da amostra. A pesquisa adotou caráter totalmente anônimo dos entrevistados no decorrer das análises deste estudo.

A tabulação dos dados foi realizada automaticamente pela própria plataforma Google Formulário, com posterior análise no mês de dezembro de 2018. O questionário foi estruturado com perguntas específicas voltadas a cada segmento, abordando aspectos como: perfil dos participantes (idade, gênero, ocupação, tempo de envolvimento com a atividade), dinâmica da pesca esportiva praticada, gastos relacionados à atividade (equipamentos, hospedagem, transporte, serviços de guia, entre outros), percepção dos entraves ao desenvolvimento do setor e sugestões para seu aprimoramento.



Resultados e Discussão

A análise histórica (figura 1) da pesca esportiva no estado do Tocantins evidencia um processo gradativo de consolidação da atividade, marcado por avanços institucionais e organizativos ao longo do tempo. Um dos primeiros marcos regulatórios foi a promulgação da lei complementar nº 13, de 18 de julho de 1997, que estabeleceu diretrizes para o ordenamento da pesca no estado. Posteriormente, a criação do Tocantins Pesca Aventura (TPA) que fortaleceu ainda mais o segmento, ao promover ações voltadas à valorização da pesca esportiva como atividade turística e econômica.



Figura 1. Histórico das principais ações da pesca esportiva no estado do Tocantins.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2005, foi inaugurada a primeira pousada especializada em pesca esportiva, a Pousada do Kojak, no município de Peixe, configurando um passo importante para o turismo pesqueiro na região. A expansão da atividade também se refletiu na criação de organizações sociais, como o Clube de Pesca DNO, fundado em 2009, em Dianópolis. Com o crescente interesse pela pesca esportiva e a necessidade de articulação entre os atores envolvidos, foram criadas em 2012 a Sociedade Tocantinense de Pesca Esportiva (Stope) e foi organizado o Seminário Nacional de Prospecção de Demandas da Cadeia Produtiva da Pesca (Prospesque¹), reunindo pescadores, guias, empreendimentos, pesquisadores e defensores da atividade.

Em resposta a uma demanda nacional de fortalecimento da pesca esportiva, foi realizado em 2016 o I Workshop da Pesca Esportiva Tocantinense, espaço fundamental para o debate de desafios e potencialidades regionais. No ano seguinte, em 2017, foi elaborada e publicada a Cartilha para a Prática da Pesca Esportiva², reunindo diretrizes e boas práticas voltadas ao ordenamento sustentável da atividade. Finalmente, em 2018, o Tocantins apresentou seu panorama no Seminário Nacional de Pesca Esportiva, realizado em Corumbá (MS), com a participação de representantes de todos os estados brasileiros, consolidando a presença do estado no cenário nacional da pesca esportiva.

A pesquisa, respondida por 234 participantes, revelou um perfil majoritariamente masculino (94,4%), embora com uma representatividade crescente do público feminino (5,6%) em uma atividade historicamente dominada por homens. A maioria dos respondentes (73%) reside no estado do Tocantins, com participação

¹ Mais informações sobre o Prospesque, ver o estudo de Lima et al. (2012).

² Mais informações sobre esta cartilha, ver Seagro (2017).

significativa de pescadores oriundos de São Paulo, Distrito Federal, Maranhão e Paraná (entre 9% e 3%), além de 7% vindos de outros estados brasileiros.

Em relação à faixa etária, os praticantes se concentram principalmente entre 32 e 40 anos (43%), seguidos por 25 a 31 anos (23%) e 41 a 50 anos (18%), revelando um público relativamente jovem e ativo. No que se refere à renda, observou-se uma distribuição relativamente equilibrada: 26% declararam renda superior a 9 salários-mínimos, enquanto 24% têm renda entre 1 e 3 salários. As demais faixas de renda variaram entre 13% e 21%, o que indica a diversidade econômica entre os adeptos da pesca esportiva.

Quanto ao tempo de prática da atividade, os dados indicam a consolidação do segmento: 32% praticam pesca esportiva há mais de 15 anos, 25% entre 1 e 5 anos, 22% entre 5 e 10 anos e 17% entre 10 e 15 anos. Apenas 3% se declararam iniciantes com até 1 ano de experiência.

Sobre as modalidades praticadas, 41% dos pescadores utilizam embarcações simples com baixa motorização, sem contratação de guia. O uso de caiaques aparece como alternativa relevante (22%). Já 13% contratam guias com embarcações de baixa motorização, enquanto 10% utilizam embarcações próprias sem guia. A pesca desembarcada representa 9% das respostas, e apenas 5% contratam guias com embarcações de alta motorização.

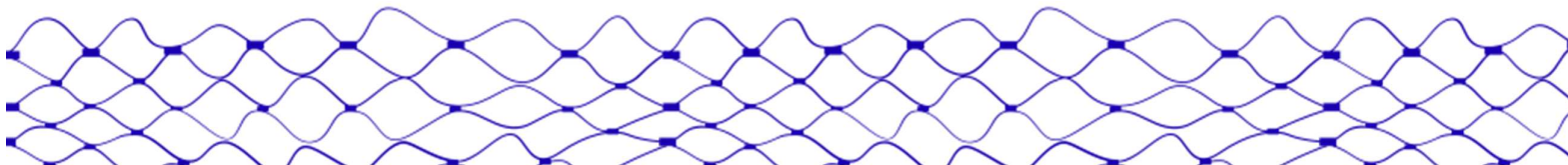
A frequência de prática também se mostra elevada, no qual verificou-se que 27% pescam semanalmente, 21% a cada 15 dias e 22% uma vez ao mês. Entre os visitantes de fora do estado, 17% afirmaram praticar anualmente e 13% até duas vezes por ano, demonstrando o potencial turístico da atividade.

Em termos de gastos por pescaria, observou-se uma ampla variação, no qual cerca de 50% gastam até R\$ 150,00, 29% entre R\$ 151,00 e R\$ 300,00, 14% entre R\$ 301,00 e R\$ 450,00, 7% entre R\$ 451,00 e R\$ 600,00 e 6% acima de R\$ 600,00 por pescaria. Esses valores incluem despesas com condutores de turismo, combustível, aluguel de barco e motor elétrico, alimentação, equipamentos e hospedagem. A variação nos gastos está diretamente relacionada à contratação de guias, uso de embarcações motorizadas e permanência em pousadas especializadas.

Além disso, os pescadores investem anualmente em equipamentos de pesca, com valores que variam entre R\$ 500,00 e mais de R\$ 6.000,00. A maioria (27%) declarou gastar entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00, e 25% entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00. Um grupo menor (11%) afirmou gastar acima de R\$ 6.000,00 por ano. Esse comportamento está associado à reposição e atualização constante dos equipamentos, estimulada pela facilidade de acesso a lançamentos e compras *online*.

Dentre os itens mais adquiridos, destacam-se as iscas artificiais (80%), seguidas por carretilhas (70%) e linhas de multifilamento (57%), demonstrando o dinamismo e a importância do mercado de equipamentos específicos para a pesca esportiva.

O Tocantins oferece uma ampla variedade de opções para a prática da pesca esportiva, atendendo tanto aos pescadores locais de fim de semana quanto aos turistas que buscam capturar grandes exemplares e vivenciar experiências únicas. Quando questionados sobre os principais destinos de pesca no estado, 54% dos



entrevistados indicaram o Lago de Palmas como sua preferência, seguido pelo Lago de Peixe-Angical, com 26%. Ambos são reconhecidos como áreas propícias para a pesca do tucunaré. Além desses, 6% dos pescadores apontaram a área a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) Lajeado no Rio Tocantins, e 2% mencionaram o trecho próximo à UHE Estreito. No eixo do Araguaia, o próprio Rio Araguaia foi citado por 8% dos entrevistados, enquanto o Rio Javaés e a Ilha do Bananal foram indicados por 2% cada.

Embora a pesca esportiva permita o uso de diferentes tipos de iscas, seu princípio central é o desafio da captura, seguido pela soltura do peixe em boas condições de sobrevivência. No caso do tucunaré, considerado o embaixador da pesca esportiva no Tocantins, verificou-se que 71% dos praticantes utilizam exclusivamente iscas artificiais. Já 26% disseram usar tanto iscas naturais quanto artificiais, e apenas 3% utilizam exclusivamente iscas naturais.

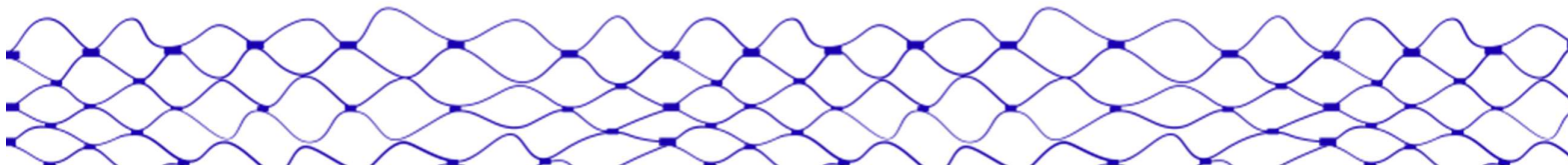
A prática do “pesque e solte” é amplamente adotada. 54% dos pescadores afirmaram sempre devolver os peixes capturados à água, 43% o fazem na maioria das vezes, enquanto apenas 3% relataram soltar os peixes raramente e 1% afirmou nunca realizar a soltura.

O tucunaré foi apontado por 90% dos entrevistados como a principal espécie-alvo nas pescarias. Em seguida, a curvina apareceu com 3%, e espécies como cachorrã-larga e pirarara com 2% cada. Outras espécies somaram 4% das preferências. Em um estudo realizado na Plataforma Marítima de Pesca Amadora de Mongaguá (Brasil), Sudoeste do atlântico, constatou-se que a espécie de maior interesse entre os pescadores foi *Trichiurus lepturus* (peixe-espada), embora os bagres, pertencentes à família Ariidae, foram os peixes mais capturados (Alves Junior et al., 2020).

No que diz respeito à legalidade da atividade, a legislação vigente exige que o pescador esportivo possua licença de pesca, a qual pode ser emitida tanto pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) quanto pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Entre os entrevistados, 62% possuíam a licença nacional emitida pelo MAPA, 24% tinham a licença estadual do Naturatins e 14% não possuíam licença de pesca.

Apesar do crescimento da pesca esportiva no estado, os entrevistados identificaram entraves que impedem seu pleno desenvolvimento. Os principais obstáculos apontados foram a falta de fiscalização (28%), pesca predatória (25%), atuação das colônias de pesca artesanal (17%), falta de consciência ambiental (16%) e ausência de políticas públicas específicas (15%).

O estudo realizado por Ferreira et al. (2021) demonstrou que a pesca esportiva constitui uma importante alternativa de geração de renda para as famílias de pescadores artesanais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, Peruíbe/SP, que utilizam seus saberes e experiências tradicionais na realização dessa atividade. Os resultados obtidos evidenciaram a importância da adoção de uma gestão participativa, favorecendo a interação entre os usuários envolvidos, mediante valorização e apoio a atividade pesqueira pelo pescador esportivo, respeitando ao mesmo tempo os pescadores artesanais e o meio ambiente, como forma de



contribuir para o fortalecimento do setor e de promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Como verificado por Alves (2022) por meio do estudo realizado no Complexo Ambiental Sacai, em Roraima, a atividade turística realizada a partir de um movimento impulsionado por interesses externos aos agroecossistemas locais, manifestou-se mediante estruturas emergentes que tendem a se sobrepor aos processos essenciais de reprodução social das comunidades, como ocorre com a pesca artesanal e comercial. O que ocasiona forte pressão sobre a preservação dos serviços ambientais associados aos rios, lagos, igapós e igarapés, ecossistemas historicamente responsáveis pela manutenção dos estoques pesqueiros, especialmente da espécie tucunaré (*Cichla* spp.).

Os guias de pesca, profissionais essenciais na cadeia do turismo de pesca, atendem clientes de diversas regiões do Brasil, inclusive estrangeiros. No Tocantins, 19 guias participaram da pesquisa, sendo que metade deles é natural do estado. Os principais destinos atendidos por esses profissionais são os lagos de Peixe-Angical (38%) e Palmas (15%). Segundo os dados coletados, 43% desses guias atuam na área entre 5 e 10 anos, 58% têm a atividade como principal fonte de renda e 53% alcançam rendimentos superiores a três salários-mínimos. O perfil dos clientes indica que a maioria é oriunda de São Paulo (17%), pertencente às classes sociais A e B (90%), e disposta a pagar até R\$300,00 por diária de pesca (80%). O destino mais procurado é o Rancho do Kojak, no Lago de Peixe-Angical (67%), sendo o tucunaré o peixe mais buscado (40%), seguido pela cachorra-larga (24%). As pousadas especializadas em pesca esportiva também foram objeto de análise. Sete representantes dos empreendimentos responderam ao questionário, revelando que 72% estão em atividade entre 1 e 5 anos. Quatro dessas pousadas, cerca de 60%, estão localizadas no município de São Salvador do Tocantins, próximo ao Lago de Peixe-Angical. A maioria cobra diárias entre R\$451 e R\$600,00, gerando um total de 70 empregos diretos, com uma média de 990 turistas por mês e movimentando cerca de R\$2,5 milhões por ano.

O comércio de equipamentos e produtos voltados à pesca também faz parte da cadeia econômica. Nove empresas do setor responderam à pesquisa, sendo que 44% estão no mercado há até 5 anos e 33% há mais de 15 anos. Estima-se que esse setor movimente cerca de R\$ 3,7 milhões por ano, no estado. Apesar de poucas empresas atuarem exclusivamente com produtos de pesca, muitas compartilham espaço com o comércio de equipamentos para piscicultura e armas de fogo, há uma tendência de crescimento proporcional ao aumento do número de praticantes.

O turismo de pesca esportiva no Tocantins gera renda, emprego, bem-estar, lazer e contribui para a conservação ambiental. Embora ainda existam desafios para mensurar com exatidão a movimentação financeira do setor, este estudo estima que a atividade movimenta aproximadamente R\$15 milhões por ano, consolidando-se como uma importante vertente do turismo no estado e reforçando seu potencial econômico e socioambiental.



De forma geral, os resultados indicam que a pesca esportiva no Tocantins, no período analisado, encontrava-se em uma fase de consolidação e expansão, caracterizada pela crescente participação de praticantes experientes, elevada frequência de pesca, adoção predominante do pesque e solte e fortalecimento de uma cadeia produtiva composta por guias, pousadas e empresas especializadas. Em comparação com estudos desenvolvidos em outras regiões do Brasil, observa-se convergência quanto à predominância masculina, à valorização de espécies emblemáticas e à relevância econômica da atividade para o turismo local. Entretanto, o cenário tocantinense apresenta particularidades associadas ao protagonismo do tucunaré, à forte utilização dos reservatórios artificiais como destinos de pesca e ao potencial ainda subexplorado de profissionalização e integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva. Quando comparado a destinos nacionais e internacionais mais consolidados, o setor ainda apresenta limitações relacionadas à infraestrutura turística, à fiscalização, à governança e à disponibilidade de informações sistematizadas para subsidiar a gestão da atividade. Apesar desses desafios, os indicadores levantados demonstram que a pesca esportiva já desempenhava papel relevante na dinamização econômica regional, constituindo-se como uma atividade estratégica para o desenvolvimento do turismo sustentável, desde que acompanhada por políticas públicas, planejamento territorial e mecanismos de gestão capazes de compatibilizar conservação ambiental, uso dos recursos pesqueiros e geração de renda.

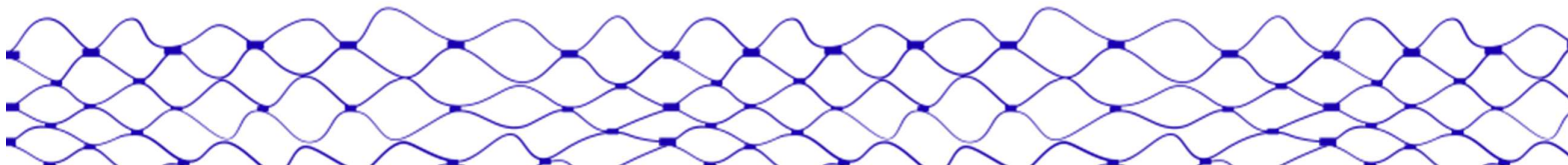
Conclusões

A pesca esportiva no Tocantins é uma atividade de relevância econômica, social e ambiental, com potencial ainda subaproveitado. Os dados analisados revelam que a prática está fortemente concentrada em torno de espécies icônicas, como o tucunaré, e de locais privilegiados, como os lagos de Palmas e Peixe-Angical, que funcionam como polos atrativos tanto para pescadores amadores quanto para turistas especializados.

A atividade mostra-se estruturada por uma cadeia produtiva que envolve diferentes atores como pescadores, guias, pousadas, além de comércio especializado que dinamiza a economia estadual. Além disso, a geração de empregos diretos e a atração de turistas de alta renda reforçam o papel da pesca esportiva como vetor de desenvolvimento regional e de diversificação da atividade turística no estado.

Contudo, os resultados apontam também entraves significativos que limitam o pleno desenvolvimento do setor. Problemas como a falta de fiscalização, a presença de práticas predatórias, a baixa conscientização ambiental e a ausência de políticas públicas específicas indicam a necessidade de uma atuação mais coordenada entre os entes públicos e os agentes privados. A regularização da atividade, por meio da emissão de licenças, tem boa adesão, mas ainda há margem para melhorias.

O segmento dos guias de pesca e das pousadas especializadas mostra-se dinâmico e promissor, com crescimento recente e geração de renda significativa, sobretudo em municípios localizados próximos aos principais lagos. Já o setor

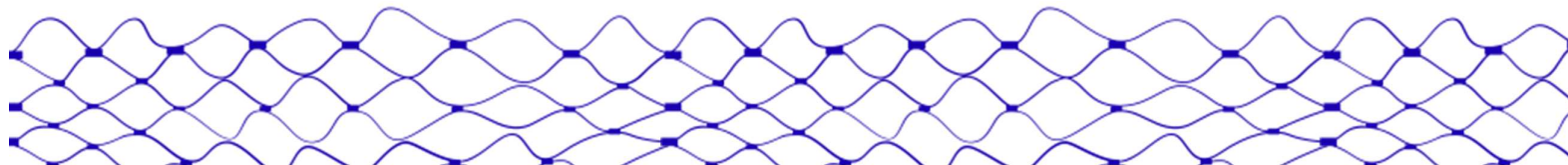


empresarial voltado à comercialização de equipamentos tende a expandir-se, acompanhando o crescimento do número de praticantes da pesca esportiva.

Nesse contexto, recomenda-se o fortalecimento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade da atividade, incluindo a promoção da educação ambiental, o fomento à profissionalização dos serviços turísticos associados e o aprimoramento da fiscalização pesqueira. A pesca esportiva, praticada sob os princípios do “pesque e solte”, tem o potencial de posicionar o Tocantins como referência nacional em turismo de natureza, promovendo a conservação dos recursos pesqueiros ao mesmo tempo em que gera desenvolvimento econômico e inclusão socioprodutiva.

Referências Bibliográficas

- ALVES, T. J. C. (2022). Águas da pesca e águas do turismo de pesca esportiva no Complexo Ambiental Sacai, Roraima, Brasil. *Revista Grifos*, 32(59), 01–15. <https://doi.org/10.22295/grifos.v32i59.7046>
- ALVES JUNIOR, U. J. M.; ROTUNDO, M. M.; JÚNIOR, M. P.; BARRELLA, W.; RAMIRES, M. (2020). A atividade pesqueira na Plataforma Marítima de Pesca Amadora de Mongaguá (Brasil), Sudoeste do atlântico. *Research, Society and Development*, 9(9), 1-29. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.8020>
- Brasil. (2020). Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020. Regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. *Diário Oficial da União*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10576.htm
- BARNHART, R.A. (1989). Symposium review: catch-and-release fishing, a decade of experience. *North American Journal of Fish Management*, 9(1):74-80.
- COSTA, A. C., SILVA, M. A. R., & SOUSA, D. N. (2023). Avaliação do plano de desenvolvimento da piscicultura no Tocantins: desafios e perspectivas. *Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional*, 20, 238–252.
- FERREIRA, L. R. DE P., ADAMI, F. A. C., DE OLIVEIRA, P., BARRELLA, W., ROTUNDO, M. M., & RAMIRES, M. (2021). Contribuições do conhecimento ecológico local para o ordenamento da pesca esportiva e conservação de robalos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una, Peruíbe/SP. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 58, 947-969. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v58i0.77339>
- LIMA, A.; PRYTHON, A.; KLOPPEL, D. R.; LUIZ, D. B.; SOUSA, D. N. & MATAVELI, M. *Prospecção de Demandas da cadeia produtiva da Pesca - PROSPESQUE*. Palmas/TO: Embrapa, 2012. v. 1. 88p.
- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) (2024). Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva – PNPA (2024-2034). Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/pesca-amadora-e-esportiva>.
- O'TOOLE, A. C.; DANYLCHUK, A. J.; SUSKI, C. D. & COOKE, S. J. (2010). Consequences of catch-and-release angling on the physiological status, injury, and immediate mortality of great barracuda (*Sphyraena barracuda*) in The Bahamas. *ICES Journal of Marine Science*, 67(8):1667-75.
- Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (Seagro) (2017). *Orientações para a prática da pesca esportiva no Tocantins*. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/362221/>



TUFTS, B. L.; DAVIDSON, K. & BIELAK, A. T. (2000). Biological implications of “catch and release” angling of Atlantic Salmon. In: Whoriskey Jr., F.G. & Whelan, K.E. (Ed.). *Managing Wild Atlantic Salmon: new challenges – new techniques*. Proceedings of the 5th International Atlantic Salmon Symposium, 1997, Ireland. p.195-227.

